

**Banco De Lage Landen Brasil S.A.**

Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2015 e 2014

## **Conteúdo**

Relatório da Diretoria	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações de resultados	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações de fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

### Prezados senhores:

Submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras acompanhadas das devidas notas explicativas e do relatório dos auditores independentes correspondentes ao semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei nº 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, em conformidade do que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil.

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (“Banco DLL”) fornece serviços de alta qualidade para favorecer o financiamento de compras para seus parceiros globais e locais dentro do conceito chamado de “Vendor Finance”.

No decorrer do exercício de 2015, o Banco DLL empregou esforços no suporte às atividades vinculadas ao setor agrícola, promovendo entre os produtores rurais financiamentos para investimentos em máquinas, equipamentos e implementos. Tais esforços resultaram na contratação e liberação de crédito, em sua maioria com recursos oriundos dos programas do BNDES, no montante total de R\$ 995 milhões. Adicionalmente, atuou no financiamento de máquinas e equipamentos agrícolas usados e concedeu também, empréstimos para compras de máquinas novas para formação de estoque das concessionárias conveniadas, no montante de R\$ 182 milhões.

Alinhado ao desenvolvimento do país e com a estratégia de crescimento e de diversificação de produtos, o Banco DLL também direcionou seus esforços com o objetivo de proporcionar linhas de crédito diferenciadas, incluindo arrendamento mercantil para equipamentos relacionados à Indústria de Construção e Transporte - “Construction, transportation & Industrial”, Equipamentos de Informática e Softwares- “Office & Technology” e Equipamentos Médico-Hospitalares - “Health Care”, atingindo um volume total de liberação de crédito total de cerca de R\$ 155 milhões.

Porto Alegre, 22 de março de 2016.

A Diretoria



**KPMG Auditores Independentes**  
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A  
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil  
Caixa Postal 79518  
04707-970 - São Paulo/SP - Brasil

Telefone 55 (11) 3940-1500  
Fax 55 (11) 3940-1501  
Internet [www.kpmg.com.br](http://www.kpmg.com.br)

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

À  
Diretoria do  
Banco De Lage Landen Brasil S.A.  
Porto Alegre - RS

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras**

A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.

**Base para opinião com ressalva**

O Banco registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, que requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil como provisão para superveniência ou insuficiência de depreciação, classificada no ativo permanente, conforme mencionado na nota explicativa nº 3 g. Essas diretrizes não requerem a reclassificação das operações, que permanecem registradas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74, para as rubricas do ativo circulante e realizável em longo prazo, e rendas e despesas de arrendamento, mas resultam na apresentação do resultado do exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2015 e do patrimônio líquido findo em 31 de dezembro de 2015, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

**Opinião com ressalva**

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito no parágrafo “Base para opinião com ressalva”, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco De Lage Landen Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício e semestre findos naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

São Paulo, 22 de março de 2016

KPMG Auditores Independentes  
CRC 2SP014428/O-6

Silbert Christo Sasdelli Júnior  
Contador CRC 1SP230685/O-0

**Banco De Lage Landen Brasil S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2015 e 2014**

(Em milhares de Reais)

Ativo	2015	2014	Passivo	2015	2014
<b>Circulante</b>	<b>2.059.675</b>	<b>2.192.254</b>	<b>Circulante</b>	<b>1.401.725</b>	<b>1.683.642</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>289</b>	<b>443</b>	<b>Obrigações por empréstimos (Nota 9)</b>	<b>-</b>	<b>133.861</b>
<b>Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 4)</b>	<b>485.243</b>	<b>547.075</b>	Empréstimos no País - outras instituições	-	160
Aplicações no mercado aberto	485.243	416.837	Empréstimos no exterior	-	133.701
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	130.238	<b>Obrigações por repasse do país - instituições oficiais (Nota 11)</b>	<b>1.263.598</b>	<b>1.329.943</b>
<b>Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)</b>	<b>-</b>	<b>3.464</b>	FINAME/BNDES	1.263.598	1.329.943
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.464	<b>Obrigações por repasse do exterior (Nota 10)</b>	<b>1.340</b>	<b>-</b>
<b>Relações interfinanceiras</b>	<b>3.995</b>	<b>5.591</b>	Repasse do exterior	1.340	-
Correspondentes no país	3.995	5.591	<b>Outras obrigações</b>	<b>136.787</b>	<b>219.838</b>
<b>Operações de crédito (Nota 6)</b>	<b>1.424.116</b>	<b>1.540.369</b>	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	85	118
Setor privado	1.553.639	1.656.178	Fiscais e previdenciárias (Nota 12a)	26.691	29.278
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(129.523)	(115.809)	Diversas (Nota 12b)	110.011	190.442
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 3g e 6)</b>	<b>(12.200)</b>	<b>(15.436)</b>	<b>Exigível a longo prazo</b>	<b>2.852.467</b>	<b>3.181.681</b>
Arrendamentos a receber - setor privado	87.946	139.541	<b>Obrigações por empréstimos (Nota 9)</b>	<b>-</b>	<b>314</b>
Rendas de arrendamentos a apropriar - setor privado	(86.855)	(138.003)	Empréstimos no País - outras instituições	-	314
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(13.291)	(16.974)	<b>Obrigações por repasse do país - instituição oficiais (Nota 11)</b>	<b>2.781.493</b>	<b>3.068.397</b>
<b>Outros créditos</b>	<b>152.460</b>	<b>108.212</b>	FINAME/BNDES	2.781.493	3.068.397
Créditos por avais e fianças honradas (Nota 6)	2.339	2.988	<b>Obrigações por repasse do exterior (Nota 10)</b>	<b>4.051</b>	<b>-</b>
Rendas a receber	3.594	6.050	Repasse do exterior	4.051	-
Créditos tributários (Nota 13)	82.200	78.768	<b>Outras obrigações</b>	<b>66.923</b>	<b>112.970</b>
Diversos (Nota 7)	66.210	23.374	Fiscais e previdenciárias (Nota 12a)	12.380	25.981
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa (nota 6)	(1.883)	(2.968)	Diversas (Nota 12b)	54.543	86.989
<b>Outros valores e bens</b>	<b>5.772</b>	<b>2.536</b>	<b>Resultados de exercícios futuros (Nota 15)</b>	<b>34.127</b>	<b>4.434</b>
Outros valores e bens	9.148	5.975	Resultados de exercícios futuros	34.127	4.434
Provisão para desvalorização	(3.517)	(3.640)	<b>Patrimônio líquido (Nota 16)</b>	<b>827.791</b>	<b>807.299</b>
Despesas antecipadas	141	201	Capital:		
<b>Realizável a longo prazo</b>	<b>2.824.606</b>	<b>3.073.435</b>	De domiciliados no país	456.752	456.752
<b>Operações de crédito (Nota 6)</b>	<b>2.703.113</b>	<b>2.976.974</b>	De domiciliados no exterior	15	15
Setor privado	2.796.957	3.079.537	Reserva de lucros	371.024	350.532
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(93.844)	(102.563)			
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 3g e 6)</b>	<b>(5.273)</b>	<b>(7.198)</b>			
Arrendamentos a receber - setor privado	61.661	115.270			
Rendas de arrendamentos a apropriar - setor privado	(60.897)	(114.000)			
Provisão para crédito de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	(6.037)	(8.468)			
<b>Outros créditos</b>	<b>126.766</b>	<b>103.659</b>			
Créditos tributários (Nota 13)	126.766	103.659			
<b>Permanente</b>	<b>231.829</b>	<b>411.367</b>			
<b>Investimentos</b>	<b>36</b>	<b>36</b>			
Outros investimentos	36	36			
<b>Imobilizado de uso</b>	<b>5.836</b>	<b>5.471</b>			
Outras imobilizações de uso	9.316	11.074			
Depreciação acumulada	(3.480)	(5.603)			
<b>Imobilizado de arrendamento (Nota 6 e 8)</b>	<b>225.957</b>	<b>405.860</b>			
Bens arrendados	379.647	534.401			
Superveniência de depreciação	101.862	196.937			
Depreciação acumulada	(255.552)	(325.478)			
<b>Total do ativo</b>	<b>5.116.110</b>	<b>5.677.056</b>	<b>Total do passivo</b>	<b>5.116.110</b>	<b>5.677.056</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais, exceto lucro por lote de mil ações)

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Receitas da intermediação financeira</b>	<u>292.893</u>	<u>616.570</u>	<u>750.696</u>
Operações de crédito	147.943	276.545	287.612
Operações de arrendamento mercantil	108.538	264.887	408.578
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	36.412	67.045	47.671
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	-	8.093	6.835
<b>Despesas da intermediação financeira</b>	<u>(189.644)</u>	<u>(447.312)</u>	<u>(495.505)</u>
Operações de captação no mercado	-	-	(1)
Operações de empréstimos e repasses	(38.103)	(84.986)	(101.637)
Operações de arrendamento mercantil	(97.094)	(238.510)	(366.982)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(54.447)	(123.816)	(26.885)
<b>Resultado bruto da intermediação financeira</b>	<u>103.249</u>	<u>169.258</u>	<u>255.191</u>
<b>Outras receitas/(despesas) operacionais</b>	<u>(71.272)</u>	<u>(126.302)</u>	<u>(111.844)</u>
Receitas de prestação de serviços (Nota 17)	14.431	27.414	86.294
Despesas de pessoal (Nota 18)	(27.865)	(54.702)	(54.321)
Outras despesas administrativas (Nota 19)	(35.471)	(74.341)	(110.029)
Despesas tributárias (Nota 24a)	(13.928)	(23.076)	(27.721)
Outras receitas operacionais (Nota 20)	8.568	21.132	20.650
Outras despesas operacionais (Nota 20)	(17.007)	(22.729)	(26.717)
<b>Resultado operacional</b>	<u>31.977</u>	<u>42.956</u>	<u>143.347</u>
<b>Resultado não operacional</b>	<u>(236)</u>	<u>(435)</u>	<u>85</u>
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro</b>	<u>31.741</u>	<u>42.521</u>	<u>143.432</u>
<b>Imposto de renda e contribuição social (Nota 13)</b>	<u>34.802</u>	<u>30.839</u>	<u>(60.222)</u>
Provisão para imposto de renda	2.118	(19.468)	(6.095)
Provisão para contribuição social	4.477	-	-
Ativo fiscal diferido	28.207	50.307	(54.127)
<b>Participação no lucro</b>	<u>(3.047)</u>	<u>(3.047)</u>	<u>(3.644)</u>
<b>Lucro líquido do semestre/exercício</b>	<u>63.496</u>	<u>70.313</u>	<u>79.566</u>
<b>Juros sobre capital próprio</b>	(49.821)	(49.821)	-
<b>Quantidade de ações do capital social por lote de mil ações</b>	<u>456.767</u>	<u>456.767</u>	<u>456.767</u>
<b>Lucro líquido por lote de mil ações - R\$</b>	<u>0,14</u>	<u>0,15</u>	<u>0,17</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Banco De Lage Landen Brasil S.A.

### Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	Capital social		Reserva de lucros		Total
	Capital realizado	Legal	Estatutária	Lucros acumulados	
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<u>456.767</u>	<u>15.964</u>	<u>255.002</u>	<u>-</u>	<u>727.733</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	79.566	79.566
Destinação:					
Reserva legal (Nota 16 c)	-	3.978	-	(3.978)	-
Reserva estatutária (Nota 16 e)	-	-	75.588	(75.588)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>	<u>456.767</u>	<u>19.942</u>	<u>330.590</u>	<u>-</u>	<u>807.299</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	-	70.313	70.313
Destinação:					
Reserva legal (Nota 16 c)	-	3.516	-	(3.516)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16 f)	-	-	-	(49.821)	(49.821)
Reserva estatutária (Nota 16 e)	-	-	16.976	(16.976)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>456.767</u>	<u>23.458</u>	<u>347.566</u>	<u>-</u>	<u>827.791</u>
<b>Saldos em 30 de junho de 2015</b>	<u>456.767</u>	<u>20.283</u>	<u>337.066</u>	<u>-</u>	<u>814.116</u>
Lucro líquido do semestre	-	-	-	63.496	63.496
Destinação:					
Reserva legal (Nota 16 c)	-	3.175	-	(3.175)	-
Juros sobre o capital próprio (Nota 16 f)	-	-	-	(49.821)	(49.821)
Reserva estatutária (Nota 16 e)	-	-	10.500	(10.500)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2015</b>	<u>456.767</u>	<u>23.458</u>	<u>347.566</u>	<u>-</u>	<u>827.791</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# Banco De Lage Landen Brasil S.A.

## Demonstrações de fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 e semestre findo em 31 de dezembro de 2015

(Em milhares de Reais)

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Lucro líquido ajustado do semestre / exercício	91.332	176.840	182.048
Lucro líquido	63.496	70.313	79.566
Ajustes ao lucro líquido			
Constituição de provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa e outros créditos	54.447	123.816	26.885
Depreciações	599	1.375	1.722
Provisão para passivos contingentes	7.356	11.740	13.738
Variação créditos tributários	(28.207)	(50.307)	54.127
Resultado não operacional	236	435	(85)
Resultado de impostos de renda e contribuição social correntes	(6.595)	19.468	6.095
<b>Redução nos ativos operacionais</b>	<b>213.920</b>	<b>528.387</b>	<b>392.091</b>
Redução/(aumento) em aplicações interfinanceiras de liquidez	-	130.238	(24.584)
Redução em relações interfinanceiras e interdependências	2.242	1.596	4.085
Redução em operações de crédito	159.396	233.895	237.871
Aquisição de bens de operações de arrendamento mercantil	66.354	180.855	195.374
Redução/(aumento) em rendas a receber	376	2.456	(4.220)
(Aumento) em outros ativos	(14.448)	(20.653)	(16.435)
<b>(Redução) nos passivos operacionais</b>	<b>(280.052)</b>	<b>(460.567)</b>	<b>(359.516)</b>
(Redução) em empréstimos e repasses	(222.214)	(353.722)	(267.828)
(Redução) em outras obrigações	(55.153)	(107.337)	(46.075)
Contingências utilizadas	(1.562)	(2.385)	(1.352)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(12.954)	(26.816)	(40.412)
Aumento/(redução) em resultados de exercícios futuros	11.831	29.693	(3.849)
<b>Caixa líquido proveniente das atividades operacionais</b>	<b>25.200</b>	<b>244.660</b>	<b>214.623</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Aquisição de imobilizado de uso	(2.872)	(3.161)	(3.673)
Baixa de imobilizado de uso	529	1.421	525
<b>Caixa líquido usado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.343)</b>	<b>(1.740)</b>	<b>(3.148)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>			
Instrumentos financeiros derivativos	-	3.464	13.193
Juros sobre o capital próprio	(49.821)	(49.821)	-
(Redução)/aumento nos empréstimos do exterior	-	(128.311)	12.413
<b>Caixa líquido proveniente das/(usado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(49.821)</b>	<b>(174.668)</b>	<b>25.606</b>
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(26.964)</b>	<b>68.252</b>	<b>237.081</b>
<b>Caixa e equivalentes de caixa (Nota 4)</b>			
No início do semestre/exercício	512.496	417.280	180.199
No fim do semestre/exercício	485.532	485.532	417.280
<b>Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(26.964)</b>	<b>68.252</b>	<b>237.081</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## **Notas explicativas às demonstrações financeiras**

*(Em milhares de Reais)*

### **1 Contexto operacional**

O Banco De Lage Landen Brasil S.A. (Banco) foi constituído em 06 de março de 2002 e está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e de arrendamento mercantil. Sua constituição, formalizada em Ata de Assembleia Geral de Constituição, foi homologada pelo Banco Central do Brasil (BACEN) em 03 de abril de 2002, tendo iniciado suas atividades operacionais em 30 de agosto de 2002.

O Banco concentra suas atividades no financiamento de consumidores finais de máquinas e equipamentos, tendo desenvolvido portfólio no segmento primário, beneficiando principalmente produtores rurais. Adicionalmente, o Banco atua no segmento de "Office & Technology", direcionado a máquinas e equipamentos para escritório e licença de software, no segmento de "Health Care", que visa financiamento de equipamentos médico-hospitalares, no segmento de "Construction, Transportation and Industrial", englobando as atividades de "Machine Tools" e "Materials Handling & Constructions", que visa financiamentos a indústria de construção e suporte logístico e no segmento de "Financial & Mobility Solutions" que visa oferecer produtos de leasing ao Banco Rabobank e bancos parceiros.

### **2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras**

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir das diretrizes contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do BACEN. Tais informações contemplam, quando aplicáveis, possíveis ajustes decorrentes da Lei n.º 11.638/07 que alterou parte da Lei n.º 6.404/76 no que se refere a critérios contábeis e sua convergência a critérios internacionais de contabilidade, dentro daquilo que já foi devidamente regulamentado por parte do Banco Central do Brasil. A apresentação dessas demonstrações financeiras está em conformidade com o Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF).

As demonstrações financeiras incluem estimativas e premissas, como estimativa do valor justo de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, provisão para créditos de liquidação duvidosa e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. O Banco efetua a revisão das estimativas e premissas pelo menos semestralmente.

Em 22 de março de 2016, a Diretoria Executiva aprovou as demonstrações financeiras e autorizou divulgá-las a partir desta data.

### **3 Descrição das principais práticas contábeis**

Os principais critérios adotados para a elaboração das demonstrações financeiras são os seguintes:

#### **a. Apuração de resultados**

As receitas e despesas são apuradas pelo regime de competência e são contabilizadas pelo critério "pro rata" dia, calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações em moeda estrangeira, as quais são calculadas com base no método linear.

**b. Aplicações interfinanceiras de liquidez**

São registradas pelo valor de aplicação ou aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

**c. Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos**

De acordo com a Circular n.º 3.068 de 8 de novembro de 2001 do BACEN, os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a intenção de negociação da Administração em três categorias específicas atendendo aos seguintes critérios de contabilização:

- (i) **Títulos para negociação** - adquiridos com a intenção de serem ativos e frequentemente negociados, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
- (ii) **Títulos disponíveis para a venda** - que não se enquadrem como para negociação nem como mantidos até o vencimento, são ajustados pelo valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido deduzidos dos efeitos tributários; e
- (iii) **Títulos mantidos até o vencimento** - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento, são avaliados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período.

O valor de mercado utilizado para ajuste de carteira foi apurado com base nas taxas médias dos títulos, divulgadas pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (ANBIMA).

Os instrumentos financeiros derivativos são contabilizados de acordo com a Circular n.º 3.082 de 30 de janeiro de 2002, do BACEN, obedecendo o seguinte critério para as operações de swap: os diferenciais a receber ou a pagar são contabilizados em conta de ativo ou passivo, respectivamente, apropriados como receita ou despesa pro rata até a data do balanço.

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos. As operações com instrumentos financeiros derivativos registradas em 31 de dezembro de 2014 não eram marcadas a mercado, pois foram contratadas com o mesmo prazo e com a mesma contraparte da operação de captação e não podiam ser negociadas antecipadamente ou liquidadas em separado da operação associada.

**d. Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

A classificação das operações de crédito e a constituição da provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como, as diretrizes estabelecidas pela Resolução n.º 2.682 de 21 de dezembro de 1999 do CMN.

As baixas de operações de crédito contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses, conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da Resolução n.º 2.682/99 do CMN.

As rendas de operações de crédito que apresentem atraso igual ou superior a 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

A Administração adota a contagem de prazo em dobro para as operações com prazo a decorrer superior a 36 meses conforme trata o parágrafo 2º do inciso II do artigo 4º da Resolução nº 2.682/99 do CMN.

Em caso de renegociação das parcelas vencidas junto aos clientes em situação de inadimplência, aplicam-se as políticas internas do Banco em consonância com a regulamentação vigente. Nesses casos os juros param de ser apropriados para fins contábeis e os ratings são congelados, permanecendo congelados até haver pagamento substancial do total do valor renegociado ou uma reavaliação de crédito.

As análises para concessão de acordos são feitas de forma individual e levam em consideração o saldo devedor, quantidade de parcelas, condições de solvabilidade do cliente e disposição dos clientes em efetuar a regularização de sua situação, para poder ter acesso a novos créditos.

**e. Cessão de crédito**

Em observância ao estabelecido na Resolução nº 3.533, de 31 de janeiro de 2008, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2012, que estabelece procedimento para classificação, registro contábil e divulgação de transferência de ativos financeiros, os ativos financeiros adquiridos, com retenção substancial de risco e benefícios, a partir de janeiro de 2012, são registrados no ativo circulante e realizável a longo prazo, na rubrica de Outros Créditos, como direito a receber da instituição cedente, pelo seu valor de aquisição, sendo as receitas apropriadas pelo prazo remanescente da operação.

**f. Avais e fianças**

Os avais e fianças não honrados e prestados pelo Banco, não constituídos por dinheiro, são registrados em nome dos avalizados ou afiançados em contas de compensação, observados os desdobramentos previstos para controle, registro e acompanhamento dos atos administrativos que podem transformar-se em obrigação decorrentes de acontecimentos futuros, previstos ou fortuitos.

Quando o valor da responsabilidade estiver sujeito à variação cambial ou outra forma de reajuste, os saldos dessas contas são atualizados por ocasião dos Balanços.

As provisões para perdas sobre essas operações são constituídas de acordo com os critérios estabelecidos pela Resolução nº 2.682 de 21 de dezembro de 1999, do CMN.

**g. Operações de arrendamento mercantil**

As operações de arrendamento são demonstradas pelo valor das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento.

As rendas a apropriar correspondem ao montante das contraprestações contratuais e as rendas efetivas são apropriadas nas datas de vencimento de cada contraprestação, conforme estabelecido pela Portaria MF nº 140/84.

Os valores residuais garantidos, que representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica “valores residuais a realizar”, tendo como contrapartida a conta de “valores residuais a balancear”, no grupo de operações de arrendamento mercantil.

O prejuízo ao final do contrato, apurado em função do exercício da opção de compra pelo arrendatário, é diferido e amortizado, contábil e fiscalmente, pelo prazo restante de vida útil do bem objeto de arrendamento. Para fins de publicação o saldo do ativo diferido está sendo classificados em Imobilizado de Arrendamento.

O ajuste financeiro da carteira de arrendamento, necessário para que o resultado do período e o patrimônio líquido estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, foi calculado em conformidade com os critérios do BACEN, com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais.

A classificação das operações de arrendamento mercantil e a constituição da provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa foram definidas para cobrir eventuais perdas e levam em consideração os riscos específicos e globais da carteira, bem como as diretrizes estabelecidas pela Resolução nº 2.682/99 do CMN.

As baixas de operações de arrendamento mercantil contra prejuízo (“write-offs”) são efetuadas após decorridos seis meses de sua classificação no rating “H”, desde que apresentem atraso superior a 180 dias ou de 360 dias para operações com prazo a decorrer superior a 36 meses.

As rendas de operações de arrendamento mercantil que apresentem atraso igual ou superior 60 dias, independentemente de seu nível de risco, somente são reconhecidas como receita, quando efetivamente recebidas.

Caso as operações de arrendamento mercantil tivessem sido apresentadas nas rubricas de arrendamento a receber, pelo valor presente, e de receitas de arrendamento mercantil, os saldos seriam apresentados como segue:

	<b>2015</b>		
	<b>Saldos nas demonstrações financeiras</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Saldos reclassificados</b>
Operações de arrendamento a receber	1.855	125.948	127.803
Ativo circulante	1.091	74.037	75.128
Ativo realizável a longo prazo	764	51.911	52.675
Imobilizado de arrendamento (2)	225.957	(225.957)	-
Outras obrigações - Diversas			
Credores por antecipação do valor residual (1)	100.009	(100.009)	-
Passivo circulante	58.790	(58.790)	-
Passivo exigível a longo prazo	41.218	(41.218)	-
Receitas de operações de arrendamento mercantil	264.887	(238.510)	26.377
Despesas de operações de arrendamento mercantil	(238.510)	238.510	-
<b>Total</b>	<b>154.181</b>	<b>-</b>	<b>154.181</b>

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de arrendamento e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.

- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 11.783 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 225.957.

<b>2014</b>			
	<b>Saldos nas demonstrações financeiras</b>	<b>Reclassificações</b>	<b>Saldos reclassificados</b>
Operações de arrendamento a receber	2.808	213.567	216.375
Ativo circulante	1.538	116.954	118.492
Ativo realizável a longo prazo	1.270	96.613	97.883
Imobilizado de arrendamento (2)	405.860	(405.860)	-
Outras obrigações - Diversas			
Credores por antecipação do valor residual (1)	192.293	(192.293)	-
Passivo circulante	105.304	(105.304)	-
Passivo exigível a longo prazo	86.989	(86.989)	-
Receitas de operações de arrendamento mercantil	408.578	(366.982)	41.596
Despesas de operações de arrendamento mercantil	(366.982)	366.982	-
<b>Total</b>	<b>257.971</b>	<b>-</b>	<b>257.971</b>

- (1) Saldo das parcelas de antecipação do valor residual garantido (VRG), cobrada ao longo do contrato de leasing e deve ser restituída ao consumidor, desde que, ao final do contrato, o cliente não opte pela compra do veículo ou fique inadimplente durante o pagamento das contraprestações.
- (2) No balanço para fins de publicação o saldo do ativo diferido referentes a perdas em arrendamento a amortizar no valor de R\$ 4.852 está sendo classificado em imobilizado de arrendamento, totalizando R\$ 405.860.

#### **h. Ativo permanente**

O imobilizado de uso é depreciado pelo método linear utilizando as taxas anuais de 10% para móveis, utensílios e instalações e 20% para sistema de processamento de dados e veículos.

O imobilizado de arrendamento está demonstrado pelo valor de aquisição. O imobilizado das operações regidas pelas Portarias nº 140/84 e nº 113/86 está reduzido pelo valor da depreciação calculada às taxas de acordo com a vida útil do bem conforme legislação fiscal, e aceleradas em 30%, quando aplicável. Para adequar os critérios acima descritos às práticas contábeis adotadas no Brasil e em consonância com a regulamentação do BACEN, o ajuste financeiro da carteira de arrendamento é calculado com base no valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando a taxa interna de retorno de cada contrato, cujo montante é registrado na conta de insuficiência/superveniência de depreciação acumulada.

#### **i. Redução a valor recuperável de ativos**

O ativo imobilizado, intangível, diferido e bens não de uso tem o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

#### **j. Imposto de renda e contribuição social**

As provisões para imposto de renda e a contribuição social são constituídas à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% para imposto de renda e 15% até agosto de 2015 e 20% a partir de setembro para contribuição social sobre o lucro líquido e ajustadas conforme legislação fiscal

Os créditos tributários decorrentes da elevação da alíquota da Contribuição Social de 15% para 20% estão sendo reconhecidos no montante suficiente para seu consumo até o final da vigência da nova alíquota (dezembro de 2018), conforme Lei n.º 13.169/2015.

Os créditos tributários são constituídos com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e nas disposições constantes na Resolução nº 3.059 de 30 de dezembro de 2002 e na Resolução nº 3.355 de 31 de março de 2006, do CMN que determinam que o Banco deve atender, cumulativamente, para registro e manutenção contábil de créditos tributários decorrentes de prejuízo fiscal de imposto de renda, de base negativa de contribuição social sobre o lucro líquido e aqueles decorrentes de diferenças temporárias, as seguintes condições:

- (i) Apresentar histórico de lucros ou receitas tributáveis para fins de imposto de renda e contribuição social, no mínimo, em três exercícios dos últimos cinco exercícios sociais, incluindo o exercício em referência; e
- (ii) Ter expectativa de geração de lucros tributáveis futuros para fins de imposto de renda e contribuição social, conforme o caso, em períodos subsequentes, baseada em estudo técnico que permitam a realização do crédito tributário em um prazo máximo de dez anos.

**k. Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

**(i) *Ativos e passivos contingentes***

*Ativos contingentes*

São divulgados quando for possível a entrada de benefícios econômicos. Ativos contingentes se tornam ativos e são reconhecidos contabilmente quando for praticamente certo que ocorrerá entrada de benefícios econômicos. Não existem ativos contingentes registrados em 31 de dezembro de 2015.

*Passivos contingentes*

Decorrem, basicamente, de processos judiciais e/ou administrativos, inerentes ao curso normal dos negócios movidos por terceiros em ações cíveis, trabalhistas e outros riscos. A avaliação da probabilidade de perda das contingências é classificada como Remota, Possível ou Provável com base no julgamento dos advogados, internos e externos e da administração, sobre o fundamento jurídico da causa, a viabilidade de produção de provas, da jurisprudência em questão, da possibilidade de recorrer a instâncias superiores e da experiência do Banco. Considerando a imprecisão do ordenamento jurídico para previsão de eventuais perdas, é entendido que as avaliações estarão sujeitas à atualização frequente.

São constituídas provisões para os casos classificados e estimados como Perda Provável, e em que baseado no histórico de despesas com casos de mesma natureza, o “valor do risco de perda” pode ser determinado ou estimado de forma confiável.

**(ii) *Obrigações legais***

Representadas por exigíveis relativos às obrigações legais, cuja legalidade ou constitucionalidade é objeto de contestação judicial, constituídas pelo valor integral em discussão, independente da avaliação dos consultores jurídicos e da Administração.

**l. Caixa e equivalentes de caixa**

Caixa e equivalentes de caixa são representadas por contas correntes e aplicações interfinanceiras cujos vencimentos na data de originação sejam iguais ou inferiores a 90 dias.

**m. Outros ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Estão demonstrados pelo valor do principal, atualizado com base no indexador contratado, quando for o caso, acrescido dos rendimentos e encargos decorridos.

**n. Outros passivos circulante e exigível a longo prazo**

Estão demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias ou cambiais incorridos.

**o. Moeda estrangeira**

Ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira foram convertidos para Reais pela taxa de câmbio da data de fechamento do balanço. As receitas e despesas em moeda estrangeira foram convertidas para reais pela taxa de câmbio da data do registro contábil. As diferenças de conversão de moeda foram reconhecidas no resultado do período.

**4 Composição de caixa e equivalentes de caixa**

O valor de caixa e equivalentes de caixa apresentado nas Demonstrações dos fluxos de caixa está constituído por:

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
No início do semestre/exercício			
Disponibilidades	90	443	1.177
Aplicações interfinanceiras de liquidez	512.406	416.837	179.022
Operações compromissadas (LFT)	-	-	179.022
Operações compromissadas (LTN)	512.406	416.837	-
<b>Total</b>	<b>512.496</b>	<b>417.280</b>	<b>180.199</b>
No final do semestre/exercício			
Disponibilidades	289	289	443
Aplicações interfinanceiras de liquidez	485.243	485.243	416.837
Operações compromissadas (LTN)	-	-	416.837
Operações compromissadas (NTN)	485.243	485.243	-
<b>Total</b>	<b>485.532</b>	<b>485.532</b>	<b>417.280</b>

**5 Instrumentos financeiros derivativos**

Em 31 de dezembro de 2015 o Banco não possui instrumentos financeiros derivativos, em 31 de dezembro de 2014 as operações com instrumentos financeiros derivativos eram representadas por operações de *swap*, utilizadas prioritariamente para compensar as variações relacionadas ao descasamento da estrutura de ativos e passivos.

As operações estavam registradas e custodiadas na CETIP S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos.

Os valores nominais das operações com instrumentos financeiros derivativos foram registrados em contas de compensação e valores de mercado em contas patrimoniais na rubrica de “Instrumentos financeiros derivativos”.

		<u>2014</u>
<i>Swaps</i>	Valor de referência	Valor de mercado
Dólar x CDI	118.850	<u>3.464</u>
<b>Total</b>		<b><u>3.464</u></b>

## 6 Operações de crédito e arrendamento mercantil

### a. Composição das operações de crédito por modalidade

	2015	2014
Empréstimos	65.988	90.966
Financiamentos	284.676	426.515
Financiamentos rurais e agroindustriais	3.999.932	4.218.234
Arrendamento mercantil (1)	127.804	216.375
Avais e fianças honrados (vide Nota 24.b)	2.339	2.988
Títulos e créditos a receber (2)	<u>26.824</u>	<u>600</u>
Subtotal	4.507.563	4.955.678
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(244.578)</u>	<u>(246.782)</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.262.985</u></b>	<b><u>4.708.896</u></b>

(1) Saldo apresentado pelo valor presente do fluxo futuro de recebimentos, utilizando as taxas contratuais (vide Nota 3.g).

(2) Refere-se a operações de compra de recebíveis, registrado na rubrica de outros créditos diversos (vide Nota 7).

### b. Composição da carteira por tipo de cliente

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Carteira	Provisão	Carteira	Provisão
Pessoa física	3.764.527	(168.287)	3.940.461	(181.738)
Pessoa jurídica	<u>743.036</u>	<u>(76.291)</u>	<u>1.015.217</u>	<u>(65.044)</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.507.563</u></b>	<b><u>(244.578)</u></b>	<b><u>4.955.678</u></b>	<b><u>(246.782)</u></b>

**c. Composição da carteira de crédito por atividade econômica**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Setor privado		
Rural	4.069.638	4.312.189
Outros Serviços	437.925	643.489
<b>Total</b>	<b>4.507.563</b>	<b>4.955.678</b>

**d. Concentração dos maiores tomadores de crédito**

	<b>2015</b>			<b>2014</b>		
	%			%		
	Valor	Carteira	Patrimônio líquido ref.	Valor	Carteira	Patrimônio líquido ref.
Maior	23.947	0,53%	3,89%	27.355	0,55%	3,99%
10 maiores seguintes	140.212	3,11%	16,94%	152.353	3,07%	23,03%
20 maiores seguintes	123.974	2,75%	14,68%	123.096	2,48%	17,55%
Demais	4.219.430	93,61%		4.652.874	93,90%	
<b>Total</b>	<b>4.507.563</b>	<b>100,00%</b>		<b>4.955.678</b>	<b>100,00%</b>	

**e. Composição da carteira de operações de crédito, nos correspondentes níveis de risco, conforme estabelecidos na Resolução nº 2.682/99 do CMN e provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	<b>2015</b>				
	Nível de risco	Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Provisão mínima (Res. nº 2.682/99)	
				Total	%
AA	-	-	-	0%	-
A	3.235.721	23.915	3.259.636	0,50%	(16.298)
B	580.449	46.797	627.246	1,00%	(6.272)
C	275.504	50.736	326.240	3,00%	(9.787)
D	24.651	28.794	53.445	10,00%	(5.345)
E	6.028	14.819	20.847	30,00%	(6.254)
F	2.259	11.129	13.388	50,00%	(6.694)
G	5.331	37.447	42.778	70,00%	(29.945)
H	56.361	107.622	163.983	100,00%	(163.983)
<b>Total</b>	<b>4.186.304</b>	<b>321.259</b>	<b>4.507.563</b>		<b>(244.578)</b>

2014

Nível de risco	Contratos em curso normal	Contratos em atraso	Provisão mínima (Res. n° 2.682/99)		
			Total	%	Valor
AA	-	-	-	0%	-
A	3.630.722	23.718	3.654.440	0,50%	(18.272)
B	352.066	52.711	404.777	1,00%	(4.048)
C	424.238	59.694	483.932	3,00%	(14.518)
D	132.835	32.834	165.669	10,00%	(16.567)
E	12.373	24.240	36.613	30,00%	(10.984)
F	9.422	37.934	47.356	50,00%	(23.678)
G	3.417	10.503	13.920	70,00%	(9.744)
H	72.256	76.715	148.971	100,00%	(148.971)
<b>Total</b>	<b>4.637.329</b>	<b>318.349</b>	<b>4.955.678</b>		<b>(246.782)</b>

O Banco tem como política não classificar operações de crédito com nível de risco “AA”.

**f. Provisão para créditos de liquidação duvidosa**

	2015		2014
	2° Semestre	Exercício	Exercício
Saldo inicial no período	265.529	246.782	280.221
Constituições/reversões	54.447	123.816	26.885
Créditos baixados contra prejuízo	(75.398)	(126.020)	(60.324)
Saldo final no período	<b>244.578</b>	<b>244.578</b>	<b>246.782</b>
Créditos recuperados	38.286	62.079	56.034

**g. Composição da carteira por vencimento**

As operações de crédito apresentam o seguinte perfil por faixa de vencimento das parcelas:

	2015	2014
<b>A vencer</b>		
Até 30 dias	99.180	107.193
De 31 a 60 dias	107.435	124.146
De 61 a 90 dias	128.461	147.517
De 91 a 180 dias	470.099	474.918
De 181 a 360 dias	759.720	836.223
<b>Subtotal</b>	<b>1.564.895</b>	<b>1.689.997</b>
Acima de 360 dias	2.850.397	3.179.095
<b>Total</b>	<b>4.415.292</b>	<b>4.869.092</b>

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
<b>Vencidas</b>		
Até 30 dias	25.708	30.691
De 31 a 60 dias	14.398	13.755
De 61 a 90 dias	10.694	9.470
De 91 a 180 dias	19.479	16.022
De 181 a 540 dias	21.992	16.648
<b>Total</b>	<b>92.271</b>	<b>86.586</b>
<b>Total geral</b>	<b>4.507.563</b>	<b>4.955.678</b>

**h. Garantias**

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, em garantia ao risco de crédito de suas operações, o Banco tinha constituído, a seu favor, notas promissórias, penhores, hipotecas, alienações fiduciárias, carta fiança, cédulas de crédito rural e cédulas de crédito bancário.

**i. Renegociações e prorrogações**

O Banco no decorrer normal das operações continua com seus esforços em recuperar a solvabilidade de seus clientes em situação de inadimplência, promovendo acordos administrativos, procurando o enquadramento no que for possível das condições econômico/financeiras de seus clientes.

O Banco aplica também as normas introduzidas pelo Conselho Monetário Nacional-CMN nos termos das resoluções por meio das quais foram concedidos novos prazos de vencimentos às prestações vencidas e vincendas em 2011, 2012 e 2014.

O volume total de créditos renegociados durante o semestre e exercício findos em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 107.797 e R\$ 175.917 respectivamente (R\$ 214.295 no exercício findo em 31 de dezembro de 2014).

**7 Outros créditos - diversos**

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Impostos e contribuição a compensar	26.365	17.704
Títulos e créditos a receber (1)	26.824	600
(-)Desconto em aquisição de créditos sem coobrigação (2)	(371)	-
Devedores por depósitos em garantia	4.271	4.681
Devedores diversos - País	8.840	162
Outros	281	227
<b>Total</b>	<b>66.210</b>	<b>23.374</b>

- (1) Refere-se a compra de recebíveis gerados por fabricantes parceiros em operações de venda de equipamentos a seus concessionários, possuem características de concessão de crédito (vide Nota 6.a)
- (2) Refere-se a diferença entre o valor contábil e o valor de mercado das carteiras de crédito adquiridas por meio de cessão de crédito sem coobrigação que será amortizado de acordo com o prazo da carteira adquirida.

## 8 Imobilizado de Arrendamento

Compreende os bens relacionados aos contratos de arrendamento, e tem a seguinte composição:

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Máquinas e Equipamentos	279.184	437.583
Veículos transp. mercadorias	57.924	72.330
Equipamentos Informática	30.576	19.637
Depreciações Acumuladas	(255.552)	(325.478)
Perdas diferidas	11.783	4.851
Superveniências	101.862	196.937
<b>Total</b>	<b>225.957</b>	<b>405.860</b>

## 9 Obrigações por empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 a composição da carteira de obrigações por empréstimos no país e no exterior está demonstrada como segue:

			<b>2014</b>
		<b>Principal (em US\$)</b>	<b>Total</b>
Empréstimos no País	Banco Rabobank International Brasil S.A.	-	474
<b>Total</b>		-	474
Empréstimos no Exterior	C. Centrale Raiffeisen - Boerenleenbank B.A. "Rabobank Nederland"	50.000	133.701
<b>Total</b>		<b>50.000</b>	<b>133.701</b>

As obrigações por empréstimos no exterior estão sujeitas à variação cambial e juros de mercado internacional e encontram-se atualizadas pela variação cambial e encargos, calculados até a data do balanço. Não havia saldo em aberto em 31 de dezembro de 2015.

## 10 Obrigações por repasses do exterior

Em 31 de dezembro de 2015 estava representada por captações no exterior junto ao De Lage Landen Ireland Company, sobre as quais incidem variação cambial e acréscimos de juros. Não havia saldo em 31 de dezembro de 2014.

		<b>2015</b>			
		<b>Principal (em US\$)</b>	<b>Até 1 ano</b>	<b>Acima de 1 ano</b>	<b>Total</b>
Repasses do Exterior	De Lage Landen Ireland Company	1.372	1.340	4.051	5.391
<b>Total</b>		<b>1.372</b>	<b>1.340</b>	<b>4.051</b>	<b>5.391</b>

## 11 Obrigações por repasses do País

Representados por recursos provenientes do BNDES, por meio da sua Agência Especial de Financiamento Industrial - FINAME, com vencimentos até 2024 com incidência de encargos financeiros pré-fixados de 2,50% a 13,95% ao ano (2014 - 2,50% a 13,95% ao ano) e pós-

fixados de 3,25% e 4,00% (2014 - 3,25% a 4,00% ao ano) acrescidos de TJLP. Os recursos são repassados aos clientes nos mesmos prazos e encargos financeiros, acrescidos de comissão de intermediação.

<b>Finame/BNDES</b>	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Vencimento até 3 meses	224.829	237.635
Vencimento de 3 meses a 12 meses	1.038.769	1.092.308
Vencimentos acima de 12 meses	<u>2.781.493</u>	<u>3.068.397</u>
<b>Total</b>	<b><u>4.045.091</u></b>	<b><u>4.398.340</u></b>

## 12 Outras obrigações

### a. Fiscais e previdenciárias

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
Provisão para imposto de renda sobre o lucro (vide nota 13) (1)	116	-
Provisão para imposto de renda diferido (vide nota 13)	25.466	49.234
IRRF sobre Juros Sobre Capital Próprio	7.473	-
Impostos e contribuições sobre salários a pagar	2.487	2.176
Provisão para riscos fiscais (vide nota 14)	1.943	1.589
COFINS a pagar	964	1.171
ISS s/serviços a pagar	275	693
PIS a pagar	156	190
Outros impostos e contribuições	<u>191</u>	<u>206</u>
<b>Total</b>	<b><u>39.071</u></b>	<b><u>55.259</u></b>

- (1) No total de imposto de renda sobre o lucro no valor de R\$ 19.468 estão deduzidos os pagamentos por estimativas de R\$19.352 restando o valor a pagar de R\$ 116.

### b. Diversas

	<b>2015</b>	<b>2014</b>
VRG recebido antecipadamente (1)	100.009	192.293
Outros passivos contingentes (2)	18	2.228
Provisões para passivos contingentes (vide Nota 14)	29.154	20.153
Provisão para pagamentos a efetuar (3)	31.932	56.769
Recebimentos de cobrança a processar (4)	2.022	1.461
Outros valores a pagar	<u>1.419</u>	<u>4.527</u>
<b>Total</b>	<b><u>164.554</u></b>	<b><u>277.431</u></b>

- (1) Refere-se a valores recebidos à título de valor residual garantido (VRG) antecipado das operações de arrendamento mercantil firmadas pelo Banco.
- (2) Refere-se a provisão adicional sobre o contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação (vide Nota 24.b).
- (3) Referem-se, a provisões relativas a despesas de pessoal, despesas com serviços técnicos especializados, multas BNDES e outras despesas administrativas.
- (4) Refere-se a valores recebidos em cobrança de operações de crédito ainda não identificados.

## 13 Imposto de renda e contribuição social

### a. Demonstração do cálculo

	2015				2014	
	2º Semestre		Exercício		Exercício	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro (com exclusão do JCP)</b>	(18.080)	(18.080)	(7.300)	(7.300)	143.432	143.432
(-) Participações no lucro	(3.047)	(3.047)	(3.047)	(3.047)	(3.644)	(3.644)
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro ajustado</b>	<b>(21.127)</b>	<b>(21.127)</b>	<b>(10.347)</b>	<b>(10.347)</b>	<b>139.788</b>	<b>139.788</b>
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos						
<b>Diferenças temporárias</b>	<b>14.934</b>	<b>(31.085)</b>	<b>92.168</b>	<b>(2.906)</b>	<b>(125.866)</b>	<b>(160.652)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(20.951)	(20.951)	(2.204)	(2.204)	(33.439)	(33.439)
Operações de crédito transferidas para prejuízo	35.879	35.879	29.601	29.601	(164.628)	(164.628)
Rendas a apropriar op. de crédito	(12.330)	(12.330)	(11.816)	(11.816)	(13.126)	(13.126)
Provisão para contingências	5.764	5.764	7.062	7.062	11.211	11.211
Superveniência/Insuficiência de depreciação	46.019	-	95.074	-	34.786	-
Provisões Serviços Técnicos e Encargos	(52.848)	(52.848)	(36.308)	(36.308)	-	-
Outros	13.401	13.401	10.759	10.759	39.330	39.330
<b>Diferenças permanentes</b>	<b>107</b>	<b>138</b>	<b>779</b>	<b>595</b>	<b>11.309</b>	<b>11.291</b>
Despesas não-dedutíveis	107	138	779	595	11.309	11.291
<b>Base de cálculo antes da compensação de prejuízo fiscal</b>	<b>(6.086)</b>	<b>(52.074)</b>	<b>82.600</b>	<b>(12.658)</b>	<b>25.231</b>	<b>(9.573)</b>
Compensação Base de Cálculo Negativa da CSLL	-	9.572	-	-	-	-
<b>Base de cálculo do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(6.086)</b>	<b>(42.502)</b>	<b>82.600</b>	<b>(12.658)</b>	<b>25.231</b>	<b>(9.573)</b>
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 20% respectivamente, deduzidos dos incentivos fiscais (1)	2.118	4.477	(19.468)	-	(6.095)	-
Crédito tributário / passivo fiscal diferido	4.962	23.245	24.271	26.036	(31.466)	(22.661)
<b>Total de imposto de renda e contribuição social</b>	<b>7.080</b>	<b>27.722</b>	<b>4.803</b>	<b>26.036</b>	<b>(37.561)</b>	<b>(22.661)</b>

(1) A alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para as empresas financeiras sofreu majoração de 5% para o período de setembro de 2015 até dezembro de 2018, de acordo com a Lei nº 13.169/15;

### b. Movimento dos créditos tributários e passivo diferido

Os créditos tributários no valor de R\$ 208.966 (R\$ 182.427 em 2014) encontram-se classificados na rubrica “Outros créditos”. O passivo diferido no valor de R\$ 25.466 (R\$ 49.234 em 2014) encontra-se classificados na rubrica “Outras obrigações - Fiscais e Previdenciárias”. Suas movimentações durante o exercício estão apresentadas a seguir:

	Ativo			
	Saldos em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2015
Provisão para devedores duvidosos	98.713	101.696	(90.349)	110.060
Operações de crédito transferidas para prejuízo	47.675	56.709	(37.429)	66.955
Provisão para contingência	9.621	5.601	(1.220)	14.002
Rendas a apropriar op. de crédito	4.726	-	(4.726)	-
Base de Cálculo da CSLL Negativa	1.436	3.010	-	4.446
Outros	20.256	8.335	(15.088)	13.503
<b>Saldo</b>	<b>182.427</b>	<b>175.351</b>	<b>(148.812)</b>	<b>208.966</b>
	Passivo			
	Saldos em 31/12/2014	Constituição	Realização	Saldos em 31/12/2015
Superveniência / insuficiência de depreciação	(49.234)	(10.781)	34.549	(25.466)
<b>Saldo</b>	<b>(49.234)</b>	<b>(10.781)</b>	<b>34.549</b>	<b>(25.466)</b>

**c. Estimativas de realização**

A Administração do Banco, fundamentada em estudo técnico que considera expectativa de geração de lucros futuros, estima a realização dos créditos tributários antes do prazo máximo de dez anos. O valor presente do crédito tributário está apresentado como segue:

	Data prevista para realização					Saldo	
	dez/16	dez/17	dez/18	dez/19	dez/20	dez/15 Total	dez/14 Total
Provisão s/operações de crédito	36.683	36.683	36.694	-	-	110.060	98.713
Créditos baixados como prejuízo	22.316	22.316	22.323	-	-	66.955	47.675
Provisão para contingências	7.028	6.974	-	-	-	14.002	9.621
Base Negativa da CSLL	4.446	-	-	-	-	4.446	4.726
Outros	11.727	1.652	75	49	-	13.503	1.436
<b>Subtotal</b>	<b>82.200</b>	<b>67.625</b>	<b>59.092</b>	<b>49</b>	<b>-</b>	<b>208.966</b>	<b>182.427</b>
Insuficiência de depreciação	(13.086)	(7.642)	(3.473)	(695)	(570)	(25.466)	(49.234)
<b>Total</b>	<b>69.114</b>	<b>59.983</b>	<b>55.619</b>	<b>(646)</b>	<b>(570)</b>	<b>183.500</b>	<b>133.193</b>
<b>Valor Presente</b>	<b>60.557</b>	<b>46.050</b>	<b>37.413</b>	<b>(381)</b>	<b>(294)</b>	<b>143.345</b>	<b>95.985</b>

Não há créditos tributários não constituídos de qualquer natureza em dezembro de 2015 e 2014.

O valor presente dos créditos tributários foi calculado utilizando a taxa de mercado interbancário.

## 14 Demandas judiciais

- **Ativos Contingentes:** nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014 não foram reconhecidos ativos contingentes e não há processos classificados como prováveis de realização.
- **Passivos Contingentes:** as provisões foram constituídas considerando os critérios descritos na Nota 3.k, aprovados pela Administração e admitidos pela regulamentação em vigor, de maneira consistente, com base na avaliação de assessores jurídicos. A Administração considera remota a probabilidade de que pagamentos decorrentes da resolução final das demandas judiciais sejam superiores aos valores provisionados.
- **Provisões Trabalhistas:** São provenientes de ações movidas, na grande maioria, por ex-funcionários, que pleiteiam direitos trabalhistas que entendem devidos. A apuração das provisões trabalhistas é realizada mensalmente, a partir do valor do pedido e a probabilidade de perda, que, por sua vez, é estimada de acordo com os fatos, matéria de direito e despesas esperadas relacionadas diretamente ao andamento de cada ação. Para provisão contábil consideram-se os valores classificados como perda provável.
- **Provisões Cíveis:** Ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano moral e ou material, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a questionamento de juros e mora e ou por terem sido incluídos em sistemas restritivos de crédito e central de risco do Banco Central do Brasil. Os valores encontram-se provisionados em sua totalidade, obedecendo a escala de provisionamento de prováveis, não sendo provisionado os classificados como possíveis e remoto.

- **Processos de Natureza Fiscais e Previdenciárias:** os passivos de obrigações fiscais e previdenciárias decorrem de ações conjuntas promovidas pela Federação de Bancos referentes à majoração de alíquota de INSS relativo ao SAT - Seguro de Acidentes de Trabalho e visando afastar a cobrança das contribuições previdenciárias sobre as verbas pagas a título de aviso prévio indenizado. Os valores encontram-se integralmente provisionados com base no depósito judicial efetuado e são contabilizados na linha 'outros impostos e contribuições' na rubrica 'Outras Obrigações - Fiscais e Previdenciárias'.
- **Pis e Cofins** - Em dezembro de 2015 o Banco ingressou com ação judicial pleiteando a repetição dos valores pagos a título de PIS e COFINS, nos últimos cinco anos, sobre as receitas financeiras decorrentes de sua atividade principal, já que tais tributos somente podem incidir sobre o faturamento, assim entendido como produto da venda de mercadorias e/ou da prestação de serviços. O processo aguarda decisão do Supremo Tribunal Federal, o qual aprecia a questão em recurso com repercussão geral reconhecida.

Natureza	31/12/2015	31/12/2014
Fiscais/previdenciárias	<u>1.943</u>	<u>1.589</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>1.943</u></b>	<b><u>1.589</u></b>
Cível	3.950	3.076
Trabalhistas	<u>25.204</u>	<u>17.077</u>
<b>Subtotal</b>	<b><u>29.154</u></b>	<b><u>20.153</u></b>
<b>Total geral</b>	<b><u>31.097</u></b>	<b><u>21.742</u></b>

Em 31 de dezembro de 2015, existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco de perda possível relativos a processos cíveis, cujo valor estimado de perda é de R\$ 4.108 (R\$ 2.544 em 31 de dezembro de 2014).

### Movimentação dos passivos contingentes e obrigações legais

2015						
Provisão para passivos	31/12/2014	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	31/12/2015
Cíveis	3.076	1.776	-	(375)	(527)	3.950
Fiscais/previdenciárias	1.589	199	155	-	-	1.943
Trabalhistas	<u>17.077</u>	<u>9.459</u>	<u>840</u>	<u>(314)</u>	<u>(1.858)</u>	<u>25.204</u>
<b>Total</b>	<b><u>21.742</u></b>	<b><u>11.434</u></b>	<b><u>995</u></b>	<b><u>(689)</u></b>	<b><u>(2.385)</u></b>	<b><u>31.097</u></b>
2014						
Provisão para passivos	31/12/2013	Adições	Atualizações monetárias	Reversões	Pagamentos	31/12/2014
Cíveis	6.105	3.114	-	(5.026)	(1.117)	3.076
Fiscais/previdenciárias	1.197	290	102	-	-	1.589
Trabalhistas	<u>2.054</u>	<u>16.858</u>	<u>446</u>	<u>(2.046)</u>	<u>(235)</u>	<u>17.077</u>
<b>Total</b>	<b><u>9.356</u></b>	<b><u>20.262</u></b>	<b><u>548</u></b>	<b><u>(7.072)</u></b>	<b><u>(1.352)</u></b>	<b><u>21.742</u></b>

## 15 Resultados de exercícios futuros

Representados por receitas de equalização de juros recebidas antecipadamente, oriundas de acordos formalizados via convênio ou contrato, com fabricantes e concessionárias parceiras, as quais são registradas como resultados de exercícios futuros e apropriadas para o resultado conforme os prazos dos correspondentes contratos de operação de crédito.

### Movimentação das rendas antecipadas

<b>2015</b>				
<b>Rendas Antecipadas</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>Entradas</b>	<b>Apropriações</b>	<b>31/12/2015</b>
Arrendamento mercantil	2.191	976	(1.971)	1.196
Financiamento(*)	2.243	39.978	(9.290)	32.931
<b>Total</b>	<b>4.434</b>	<b>40.954</b>	<b>(11.261)</b>	<b>34.127</b>
<b>2014</b>				
<b>Rendas Antecipadas</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>Entradas</b>	<b>Apropriações</b>	<b>31/12/2014</b>
Arrendamento mercantil	5.438	1.415	(4.662)	2.191
Financiamento	2.845	3.072	(3.674)	2.243
<b>Total</b>	<b>8.283</b>	<b>4.487</b>	<b>(8.336)</b>	<b>4.434</b>

(\*) Em 2015, o modelo de parceria entre o Banco e os fabricantes parceiros foi alterado, passando a receita a ser diferida neste novo modelo com conseqüente aumento no saldo.

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2015 e 2014, o capital social, totalmente subscrito, está representado por 456.767.074 ações ordinárias e nominativas sem valor nominal.

### b. Dividendos e Juros sobre capital próprio

Aos acionistas está assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido anual ajustado nos termos da legislação societária sujeito à aprovação da Assembleia Geral dos Acionistas, ressalvada a ocorrência da hipótese prevista no parágrafo 3º do art. 202 da Lei nº 6.404 de 15 de dezembro de 1976, que prevê a possibilidade de retenção de todo o lucro pelo Banco.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, o Banco calculou juros sobre o capital próprio com base na Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) vigente no exercício, no montante de R\$ 49.821 (R\$ 0 em 2014), os quais foram contabilizados em despesas financeiras, conforme requerido pela legislação fiscal. Para efeito dessas demonstrações financeiras, esses juros foram eliminados das despesas financeiras do exercício e estão sendo apresentados nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido.

A Administração, em consonância com os poderes que lhes foram conferidos, determinou pela destinação da parcela remanescente do lucro líquido, após a constituição da reserva legal e deduções de juros sobre capital próprio, para a Reserva de Lucros - Estatutária.

**c. Reserva legal**

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

**d. Lucros acumulados**

O lucro do exercício findo em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$ 70.313 (R\$ 79.566 em 2014).

O Banco constituiu reserva estatutária, no montante de R\$ 16.976 (R\$ 75.588 em 2014), após as deduções de 5% da reserva legal de R\$ 3.516 (R\$3.978 em 2014), visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações do Banco.

**e. Reserva estatutária**

A Reserva Estatutária foi criada para aumento de capital com a finalidade de assegurar adequadas condições operacionais ao Banco, bem como para garantir futura distribuição de dividendos. O saldo é limitado ao montante do capital social.

O estatuto social do Banco prevê a constituição dessa reserva do lucro líquido por proposta da Diretoria.

## 17 Receitas de prestação de serviços

	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Rendas de prestação serviços-convênio (1)	11.280	20.378	75.389
Rendas de agenciamento de seguros (2)	2.961	6.699	9.667
Outras rendas de prestação de serviços	190	337	1.238
<b>Total</b>	<b>14.431</b>	<b>27.414</b>	<b>86.294</b>

- (1) Referem-se aos serviços prestados aos fabricantes e concessionárias na concessão de crédito para operações de financiamento. Em 2015, o modelo de parceria entre o Banco e os fabricantes parceiros foi alterado, causando uma redução no saldo de Receitas de Serviços.
- (2) Referem-se aos serviços de agenciamento de seguros de máquinas e equipamentos provenientes dos financiamentos do Banco.

## 18 Despesas de pessoal

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com salários	(10.234)	(22.275)	(23.748)
Despesas com férias	(1.364)	(2.478)	(2.576)
Despesas com benefícios	(9.868)	(17.687)	(13.431)
Despesas com encargos sociais	(5.832)	(11.110)	(12.963)
Outras despesas	(567)	(1.152)	(1.603)
<b>Total</b>	<b><u>(27.865)</u></b>	<b><u>(54.702)</u></b>	<b><u>(54.321)</u></b>

## 19 Outras despesas administrativas

	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com emolumentos judiciais, cartoriais e outros	(9.101)	(12.530)	(10.235)
Despesas de seguros	(2.896)	(5.440)	(4.267)
Despesas com serviços de terceiros, manutenção e conservação	(3.740)	(6.532)	(7.201)
Despesas de processamento de dados	(3.167)	(5.421)	(4.239)
Despesas com serviços técnicos especializados	(7.335)	(26.723)	(65.169)
Despesas de comunicação	(924)	(1.832)	(2.497)
Despesas de promoções e relações públicas	(1.101)	(2.491)	(1.814)
Despesas de aluguéis	(1.177)	(2.404)	(3.977)
Despesas de viagem no País e Exterior	(1.441)	(2.637)	(2.335)
Despesas de amortização e depreciação	(599)	(1.375)	(1.722)
Outras despesas administrativas	(3.990)	(6.956)	(6.573)
<b>Total</b>	<b><u>(35.471)</u></b>	<b><u>(74.341)</u></b>	<b><u>(110.029)</u></b>

## 20 Outras receitas e despesas operacionais

Outras receitas	<u>2015</u>		<u>2014</u>
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Recuperação de seguro de máquinas e equipamentos (1)	1.875	4.238	5.281
Recuperação despesas (2)	4.695	10.667	3.841
Reversão de provisões para passivos contingentes	190	702	7.072
Reversão de provisão outros passivos (3)	-	2.228	3.539
Rendas com variação monetária ativa	1.590	3.054	582
Outras rendas operacionais	218	243	335
<b>Total</b>	<b><u>8.568</u></b>	<b><u>21.132</u></b>	<b><u>20.650</u></b>

Outras despesas	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Despesas com variação monetária passiva	(519)	(1.589)	(911)
Despesas provisão outros valores e bens	(693)	(693)	-
Despesas com provisões para passivos contingentes	(6.962)	(11.248)	(20.030)
Despesas com provisões para multas	(8.204)	(8.204)	-
Outras despesas operacionais	(629)	(995)	(5.777)
<b>Total</b>	<b>(17.007)</b>	<b>(22.729)</b>	<b>(26.717)</b>

- (1) Referem-se aos valores recuperados de clientes referentes a pagamentos de prêmio de seguros de máquinas e equipamentos em atraso.
- (2) Referem-se a recuperação e reversão de provisões de despesas administrativas.
- (3) Referem-se a reversão de provisões oriundas do contrato de garantia parcial de convênio de coobrigação (vide nota 24b).

## 21 Partes relacionadas

A controladora direta do Banco é a De Lage Landen Participações Ltda., uma subsidiária do grupo De Lage Landen que é parte integrante do grupo do Rabobank International.

As principais operações com as partes relacionadas podem ser resumidas como segue:

### Transações com a controladora indireta

#### *De Lage Landen International B.V.*

	2015		2014
<b>Ativo</b>			
Valores a receber de serviço técnico especializado		8.339	-
<b>Passivo</b>			
Despesa de serviço técnico especializado		-	22.776
		<b>2015</b>	<b>2014</b>
	<b>2º Sem</b>	<b>Exercício</b>	<b>Exercício</b>
<b>Resultado</b>			
Despesa de serviço técnico especializado	(2.177)	(13.004)	(32.285)

### Transações com outras partes relacionadas

#### *Banco Rabobank International Brasil S.A.*

	2015		2014
<b>Ativo</b>			
Aplicação em operações compromissadas (Nota 4)		485.243	416.837
Aplicação em depósitos interfinanceiros (Nota 4)		-	130.238
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 5)		-	3.464
<b>Passivo</b>			
Obrigações por empréstimos no País		-	474



	2015		2014
	2º Semestre	Exercício	Exercício
Total pró-labore	1.103	2.147	694
Total salários	3.257	5.857	7.711
Remuneração variável	43	836	2.348
Contribuição INSS	75	131	118
<b>Total</b>	<b>4.478</b>	<b>8.971</b>	<b>10.871</b>

### ***Outras informações***

- a. O Banco não possui benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para seu pessoal-chave da Administração.

## **22 Limites operacionais**

O Banco opera dentro dos parâmetros previstos na Resolução nº 2.099 de 17 de agosto de 1994 do BACEN, inclusive quanto a alterações posteriores.

<b>Composição dos ativos ponderados</b>	<b>Basiléia III 2015</b>	<b>Basiléia III 2014</b>
Total do ativo ponderado pelo risco (RWA)	3.751.682	4.002.714
Ajuste para derivativos (CVA)	-	4.230
Risco de mercado - Carteira Trading (RWACAM)	627	4.039
Total do ativo ponderado pelo risco (RWA e CVA)	3.752.309	4.010.983
Percentual de cálculo da Basiléia	11%	11%
Patrimônio líquido exigido para os ativos	412.754	441.209
Risco Operacional	30.189	29.213
Patrimônio líquido exigido	442.943	470.422
Patrimônio Referência	827.791	807.299
(-) Ativos diferidos	-	(4.852)
(-) Ajuste Crédito Tributário	(1.778)	-
Patrimônio Referência ajustado nível I	826.013	802.447
Capital Principal	826.013	802.447
Parcela RBAN	2.604	1.587
Margem	382.245	330.439
Índice - Total	20,51%	18,76%

Até setembro de 2014, os valores foram apurados conforme Resolução nº 3.444/07 do CMN e, a partir de outubro de 2014 os valores foram apurados conforme Resolução nº 4.192/13 do CMN.

Para efeito de comparabilidade, ajustamos a "alocação de capital mínimo exigido" de períodos anteriores, visto que passamos a apresentar as parcelas correspondentes do "Ativo ponderado pelo risco-RWA".

## **23 Estrutura de gerenciamento de risco**

A Gestão de Risco é considerada uma atividade estratégica no Banco. A Área de Riscos é responsável pela divulgação, implementação e adoção das políticas, sob orientação da Diretoria e acompanhamento da área de Controles Internos. A implementação e aplicação dessas políticas se dá nas respectivas áreas executoras: Área de Crédito para análise e concessão de crédito; Risco de Mercado e Liquidez pela Área Financeira e Risco Operacional em toda organização, monitorado e acompanhado pela Diretoria de Risco e Comitê Risco - LRC.

O monitoramento é realizado através de relatórios gerenciais trimestrais preparados pelas Áreas de Risco e Financeira, os quais são apresentados à Diretoria com análise específica, comentários e recomendações elaboradas pela Área de Riscos sobre a exposição do Banco a cada um dos riscos e os direcionamentos e ações propostas.

Os principais riscos relacionados às operações do Banco são risco de crédito, risco de mercado e risco operacional:

- Risco de crédito: decorre do risco da contraparte de não honrar compromisso contratado, da degradação de garantias e da concentração em cliente ou setor. A área de Risco é responsável pela avaliação do risco de crédito presente nas operações, bem como pela proposição de limites máximos para assunção de tais riscos. O Banco segue as definições da Resolução nº 2.682/99, permitindo a classificação de risco de toda a base de clientes da instituição. As áreas de concessão de crédito utilizam-se de critérios internamente definidos para definição de limites de crédito a clientes.
- Risco operacional: é a probabilidade de perdas financeiras decorrentes de falhas ou inadequação de pessoas, processos e sistemas, ou quaisquer outras situações adversas de mercado.
- Risco de mercado: é a exposição criada por potenciais flutuações nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços cotados em mercado e outros valores, e em função do tipo de produto, do volume de operações, prazo e condições do contrato e da volatilidade subjacente.

O Banco implementou política de Gestão de Riscos de Mercado, consoante com os dispositivos da Resolução nº 3.464 de 26 de junho de 2007 do CMN. A área de Gestão de Riscos monitora de forma independente das áreas executoras os níveis de riscos de mercado, bem como a aplicação dos procedimentos instituídos em políticas corporativas. O Banco se encontra apto a atender as exigências do BACEN que tratam da estrutura de gerenciamento do risco de mercado.

Sua atual estrutura contempla um Diretor Estatutário eleito em Assembleia Geral, analista devidamente treinado e experiente no mercado além da Gerência de Crédito para acompanhamento e monitoramento de Risco de Crédito e Operacional, e da Diretoria Financeira para Risco de Mercado.

Preocupado com as melhores práticas do sistema financeiro, o Banco instituiu uma política corporativa que versa sobre o Gerenciamento do Risco Operacional. A referida política encontra-se devidamente aprovada pela Diretoria observando os preceitos dos dispositivos do Novo Acordo de Mensuração de Capital - Basileia III, ratificados no Brasil pelas Resoluções nº 3.380/06, 3.464/07, 3.721/09 e 4.090/12 do CMN e dispositivos complementares.

O sistema de Gerenciamento de Risco Operacional conta com o apoio das diversas unidades do Banco e é fundamentado em procedimentos aplicados aos principais processos de negócios, sendo todas as áreas de negócios do Banco responsáveis na observação dos riscos operacionais respectivos às suas funções, inclusive no reporte desses eventos.

Cabe a Área de Gestão de Riscos a responsabilidade pela gestão central do Risco Operacional, monitorando os aspectos gerais referentes ao tema, bem como coordenar com as diversas áreas envolvidas a correta aplicação dos procedimentos instituídos em política, reportando-se matricialmente à Administração todos os eventos identificados como possíveis riscos operacionais.

Maiores detalhes sobre o gerenciamento de riscos podem ser consultados no site [www.bancodll.com.br](http://www.bancodll.com.br)

## 24 Outras informações

- a. Despesas tributárias referem-se, substancialmente, à contribuição ao Programa de Integração Social (PIS) calculada à alíquota de 0,65%, no valor total de R\$ 959 no semestre e R\$ 1.872 no exercício de 2015 (R\$ 2.201 em 2014), à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS), calculada à alíquota de 4% no valor total de R\$ 5.903 no semestre e R\$ 11.521 no exercício de 2015 (R\$ 13.543 em 2014), e ao Imposto Sobre Serviços (ISS) à alíquota de 5% no valor total de R\$ 2.039 no semestre e R\$ 3.597 no exercício de 2015 (R\$ 6.882 em 2014).
- b. O Banco firmou um contrato de garantia parcial de um convênio de coobrigação. As comissões estão registradas na rubrica “Receitas de Prestação de Serviço”. As parcelas honradas estão registradas na rubrica “Avais e fianças honradas” (vide Nota 6.a) e a provisão para perdas para estas parcelas, no valor de R\$1.669 (R\$ 2.966 em 2014) está registrada na rubrica “Provisão para créditos de liquidação duvidosa” (vide Nota 6.a). O valor total das parcelas não honradas é de R\$ 825 (R\$ 4.530 em 2014). Para este saldo, foi registrada provisão de R\$ 18 (R\$ 2.228 em 2014), contabilizada na rubrica “Outros passivos contingentes” (vide Nota 11.b).
- c. Não houve perda de *impairment* reconhecida durante o exercício de 2015 e 2014.
- d. O Banco patrocina Plano de Previdência Complementar para seus Colaboradores e Administradores, que assegura com que recursos financeiros sejam acumulados durante a carreira profissional. As contribuições são realizadas parte pela Patrocinadora e parte pelo próprio participante. A Contribuição Patronal foi no montante de R\$ 226 no semestre e R\$ 437 no exercício de 2015 (R\$ 575 em 31 de dezembro de 2014). A modalidade do Plano de Previdência Complementar é de Contribuição Definida.
- e. Em atendimento as normas previstas no CPC 33 e Resolução nº 4.424 do Banco Central do Brasil, de 25 de junho de 2015, a Administração efetuou uma avaliação preliminar com o propósito de identificar e determinar o montante dos passivos atuariais relativos a benefícios a empregados. Esta avaliação concluiu que o Banco não possuía passivo com essas características em 31 de dezembro de 2015.